Artigo Compacto

Correspondência entre a agenda de sustentabilidade urbana e a governança compartilhada de projetos em municípios de pequeno porte no Brasil

Correspondence between urban sustainability agenda and shared governance projects: a study for small municipalities in Brazil

Marcelo Abrantes Linguitte, Universidade de São Paulo, Marcelo.linguitte@usp.br
Karin Regina de Castro Marins, Universidade de São Paulo, karin.marins@usp.br

Como citar:

LINGUITTE, Marcelo Abrantes; MARINS, Karin Regina de Castro. Correspondência entre a agenda de sustentabilidade urbana e a governança compartilhada de projetos em municípios de pequeno porte no Brasil. In: III SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA: SINGEURB, 2021, Maceió. **Anais...** Porto Alegre: ANTAC, 2021. p. 22-29. Disponível em: https://eventos.antac.org.br/index.php/singeurb/issue/view/14

RESUMO

A participação de projetos de Investimento Social Privado (ISP) voltados ao fortalecimento da agenda de sustentabilidade urbana ampliou-se conforme o aumento da relevância desse tema. Adicionalmente, estudos indicam que os projetos que mais contribuem para essa agenda são aqueles que envolvem diferentes atores do território em seu desenvolvimento e implantação. A partir de uma base amostral de 154 projetos desenvolvidos por empresas em 644 municípios brasileiros de pequeno porte, este estudo investigou a existência de correspondência entre maiores evoluções do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM em municípios brasileiros de pequeno porte e o envolvimento de múltiplos atores em projetos em sustentabilidade urbana promovidos por empresas. Para isso, calcularam-se as variações, entre 2000 e 2010, do IDHM dos municípios considerados, posteriormente agrupados de acordo com variações semelhantes, utilizando a técnica de cluster analysis. Em seguida, quantidade e variedade de atores foram identificadas e comparadas para o conjunto total de municípios e para aqueles do cluster com as maiores variações positivas de IDHM. Os resultados indicaram que municípios com maior variação positiva de IDHM tinham projetos que envolveram um maior número e diversidade de atores, sendo esta diretriz interessante para o desenho de projetos empresariais em ISP.

Palavras-chave: IDHM, Parcerias, ISP.

ABSTRACT

The participation of Corporate Philanthropy (CP) projects aimed at strengthening the urban sustainability agenda has expanded as the relevance of this topic has increased. Additionally, studies indicate that the projects that most contribute to this agenda are those that involve different actors in the territory in its development and implementation. Based on a sample of 154 projects developed by companies in 644 small-sized Brazilian municipalities, this study investigated the existence of correspondence between greater evolutions in the Municipal

Human Development Index - MHDI in municipalities of this size and the involvement of multiple actors in urban sustainability projects promoted by companies. For this, the variations, between 2000 and 2010, of the IDHM of the considered municipalities were calculated, later grouped according to similar variations, using the cluster analysis technique. Then, the number and variety of actors were identified and compared considering the total set of municipalities and the cluster with the greatest positive variations in IDHM. The results indicated that municipalities with greater positive variation of IDHM had projects that involved a greater number and diversity of actors, which is an interesting guideline for the design of Corporate Philanthropy projects.

Keywords: *MHDI, Partnerships, Corporate Philanthropy.*

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre urbanização sustentável têm produzido conceitos variados (FU e ZHANG, 2017, p. 113) e, também, coletâneas de indicadores para se monitorar o progresso das cidades em direção à sustentabilidade e apoiar políticas públicas nesse tema (DIZDAROGLU, 2015, p. 120). Tais indicadores medem, entre outros aspectos, melhoria da qualidade de vida da população, acesso a serviços, consumo de energia, proteção ambiental, governança fiscal, poluição atmosférica, inclusão social etc. (VERMA e RAGHUBANSHI, 2018, p. 284). Exemplos de indicadores são os Urban Indicators Guidelines, os indicadores do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES), os do Programa Cidades Sustentáveis, o Índice de Progresso Social e as métricas da ISO 37120, entre outros (LINGUITTE e MARINS, 2018, p. 3949).

No entanto, com a dificuldade dos municípios em coletar vários desses indicadores, (TERRAZA; BLANCO; VERA, 2016, p. 40) e o desafio de se avaliar o desempenho de uma cidade com base em muitos indicadores (MAPAR et al, 2020, p. 2), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) tem sido utilizado para avaliar a evolução da sustentabilidade urbana. O IDHM é uma medida composta de indicadores em três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. É um ajuste metodológico do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que passou a ser aplicado globalmente a partir de 1990 e pretende ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano (PNUD, 2021). Ainda que indicadores como o IDH não reflitam de forma equilibrada todos os três pilares tradicionais da sustentabilidade (ambiental, social e econômico), autores como FELEKI, VLACHOKOSTAS e MOUSSIOPOULOS (2018, P. 575) defendem seu uso, complementando que os aspectos tratados pelo IDH contemplam aspectos importantes das referências em sustentabilidade urbana mais utilizados no mundo.

O tema de desenvolvimento sustentável também se tornou relevante para as empresas, que passaram a incorporá-lo em suas práticas de negócios. Com isso, as empresas passaram a serem vistas como atores relevantes na construção do desenvolvimento sustentável (KON, 2013, p. 52). O envolvimento das empresas com questões sociais e ambientais suscitou a cunhagem de uma variedade de expressões (LOZANO, 2013, p.32), sendo que uma delas se destaca na alocação de recursos provenientes dos negócios no desenvolvimento sustentável local (MBILIMA, 2021, p. 1): o investimento social privado (ISP). Nogueira e Schommer (2009, p.3) definem ISP como sendo o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público, os quais, neste trabalho, são identificados como "projetos empresariais".

Dentre os temas que mais têm sido foco do ISP, o desenvolvimento territorial merece relevância. O Benchmarking do Investimento Social Corporativo indica que, entre 2011 e 2016, houve um aumento de 45% para 75% no número de organizações que realizaram projetos em desenvolvimento territorial (COMUNITAS, 2017, p. 27), fazendo com que o tema fosse o quinto prioritário na atuação social empresarial

no Brasil (DEGENSZA; ROLNIK, 2015, p. 99). Vale frisar que esses projetos têm enfatizado a necessidade de que o desenvolvimento territorial seja sustentável (COMUNITAS, 2020, p. 39). Dentre as ações possíveis para o desenvolvimento territorial, o desenvolvimento sustentável urbano (ou sustentabilidade urbana) merece destaque, na medida em que ações nessa esfera possuem papel catalisador para o desenvolvimento sustentável de territórios e são consideradas vetores do ordenamento territorial (CAVACO, 2015, p. 4).

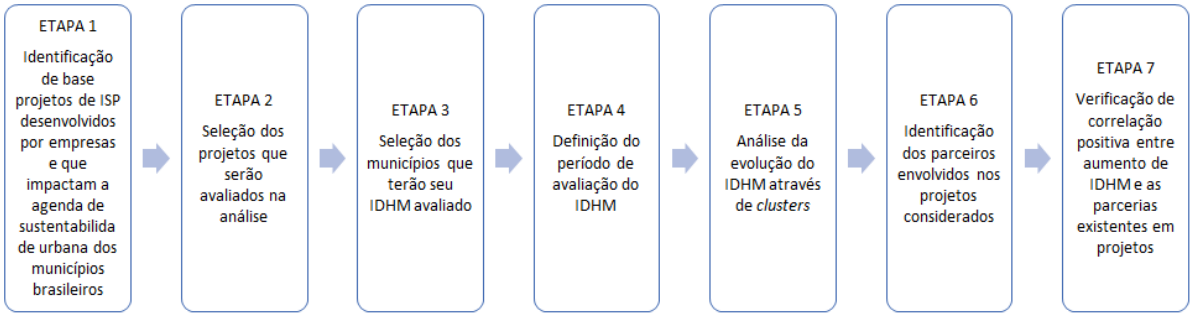
O envolvimento de múltiplos atores, interagindo com o poder público na construção de agendas de sustentabilidade urbana, tem sido considerado imprescindível por diversos autores: Pagotto et al. (2017, p.5) ressaltam que a agenda de sustentabilidade urbana é algo a ser compartilhado entre diferentes atores do território; Hawkins e Wang (2012, p.11) afirmam que o envolvimento comunitário contribui para criar resultados sociais e ambientais duradouros; e Harvey (2014, p. 248) indica que o acesso a bens e serviços teria mais chance de sucesso quando suportado por fortes laços com as diversas formas de organização da comunidade.

O objetivo desse trabalho é investigar a existência de correspondência entre o envolvimento de múltiplos atores no desenvolvimento de projetos em sustentabilidade urbana promovidos por empresas e maiores variações positivas do IDHM em municípios brasileiros.

2 METODOLOGIA

A avaliação da contribuição de projetos socioambientais desenvolvidos por empresas para a melhoria do IDHM em municípios brasileiros seguiu sete etapas, conforme indicado na Figura 1.

Figura 1 – Etapas da metodologia de avaliação de parcerias multissetoriais como relevantes para a contribuição dos projetos empresariais à agenda de sustentabilidade urbana.



Fonte: Os autores.

Na Etapa 1, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE foi a fonte de projetos empresariais em sustentabilidade urbana, pela confiabilidade de seus estudos em ISP no país (SANTOS, 2018, p.27). Entre os associados, foram escolhidos 99 deles, entre empresas, institutos e fundações empresariais, estes dois últimos incluídos por serem organizações criadas por empresas e que atendem aos objetivos e estratégias de suas instituidoras (BITTAR-GODINHO, 2019, p. 54).

Na Etapa 2, os projetos das organizações selecionadas foram levantados após consultas ao Portal de Dados do Investimento Social (GIFE, 2020), pesquisas nos sites das organizações e encaminhamento de questionário aos responsáveis pelos projetos. Do total dos projetos identificados, foram excluídos aqueles sem informações necessárias para análise ou que não causavam impacto relevante na agenda de

sustentabilidade urbana, conforme indicado por Linguitte e Marins (2018, p. 3952). Depois, foram levantados os municípios em que os projetos foram implantados, sendo calculada, por planilha simples em Excel, a variação do IDHM (Δ), entre 2000 e 2010 , daqueles com menos de 100 mil habitantes, devido à relevância desse porte de municípios para o país: 94,9% dos municípios brasileiros e 45,3% da população (IBGE, 2014), conforme Etapa 3.

Nas Etapas 4 e 5, devido à heterogeneidade nas variações do Δ dos municípios, utilizou-se a técnica de cluster analysis para se agrupar os municípios em quatro clusters diferentes, conforme seu Δi, sendo:

- Cluster 1: $\Delta i > \Delta m + \sigma$
- Cluster 2: $\Delta m < \Delta i < \Delta m + \sigma$
- Cluster 3: $\Delta m - \sigma < \Delta i < \Delta m$
- Cluster 4: $\Delta i < \Delta m - \sigma$

Sendo:

Δi: Variação do município de ordem "i".
Δm: Variação média do IDHM do total de municípios considerados.
O: Desvio padrão dos Δ dos municípios.

Em seguida, o Cluster 1 (com maiores Δ) foi comparado ao grupo total de municípios.

A Etapa 6 identificou os macro grupos de parceiros envolvidos na elaboração e implantação dos projetos. Finalmente, na Etapa 7, para se verificar a existência de uma correspondência entre maiores Δ e governança compartilhada em projetos, comparou-se a quantidade média de parceiros envolvidos e a variedade dessas parcerias nos municípios do Cluster 1 e do total de municípios.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram selecionados 99 associados do GIFE, que implantaram 563 projetos, quantidade que, após critérios de exclusão, reduziu-se para 154 (26,4% do total). Os projetos foram implantados em 843 municípios brasileiros, sendo escolhidos para cálculo de Δ, 644 deles com população inferior a 100 mil habitantes. Para esses municípios, comparou-se Δ entre 2000 e 2010, sendo identificada distância significativa entre as mínimas e as máximas variações (algumas delas próximas a zero e, outras, ultrapassando 90%). Após análise de agrupamentos, foram elencados 104 municípios com Δ maior ou igual a 40,4%, (soma de Δm, 26,2%, a seu σ,14,2%), agrupados no Cluster 1. A análise crítica dos 154 projetos permitiu identificar 15 macro grupos de parceiros envolvidos, conforme indicado na Tabela 1.

Tabela 1 – Identificação dos macro grupos de parceiros envolvidos nos projetos.

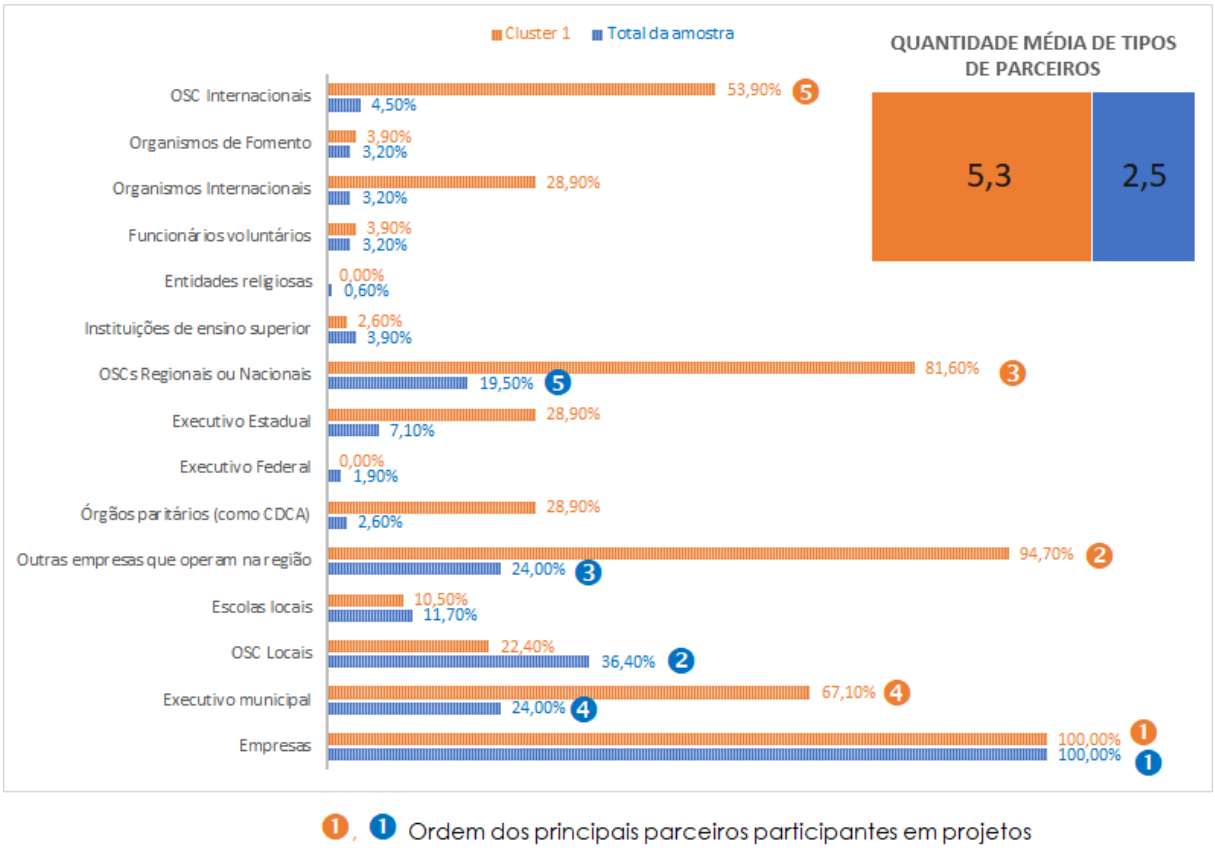
Parceiros públicos	Parceiros empresariais	Parceiros de organizações da sociedade civil	Instituições de ensino
• Executivo Municipal[3] • Executivo Estadual4 • Executivo Federal5 • Organismos Internacionais • Órgãos paritários (como o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA) • Organismos de Fomento	• Empresa idealizadora do projeto • Outras empresas parceiras	• Entidades religiosas • Organizações da sociedade civil (OSC) com atuação local • Organizações da sociedade civil com atuação regional ou nacional • Organizações da sociedade civil com atuação internacional • Funcionários voluntários da empresa idealizadora do projeto	• Escolas locais de ensino fundamental e médio (públicas e privadas) • Instituições de Ensino Superior

Fonte: Os autores (2021).

Finalmente, buscando-se verificar a existência de correspondência entre Δ e parcerias em projetos, foram comparadas, para os 104 municípios do Cluster 1 e o total de 154 projetos: (i) quantidade média de tipos de parceiros envolvidos nos projetos por município; (ii) tipos de parceiros que mais se envolvem nos projetos dos municípios.

Avaliando-se os resultados apresentados na Figura 2, percebe-se que os municípios do Cluster 1 têm uma média de 5,3 parceiros nos projetos de seus territórios, enquanto a média do total de 644 municípios é de 2,5 parceiros, indicando uma correspondência entre maiores Δ e diversidade de parceiros envolvidos em projetos. Além disso, percebe-se que, para municípios do Cluster 1, afora as próprias empresas responsáveis pelos projetos, há uma concentração de tipos de parceiros que mais se envolvem com projetos, todos eles envolvendo-se em mais da metade dos projetos que ocorrem nesses municípios: (i) Outras empresas que operam na região, (ii) OSCs Regionais ou Nacionais, (iii) Executivo municipal e (iv) OSC Internacionais. Já para a média de todos os municípios analisados, há um envolvimento maior de (i) OSC Locais, (ii) Executivo municipal, (iii) Outras empresas que operam na região e (iv) OSCs Regionais ou Nacionais. No entanto, o envolvimento desses parceiros se dá em menos de 40% dos projetos.

Figura 2 – Diversidade de atores que atuam nos projetos de sustentabilidade urbana: comparação entre os municípios do Cluster 1 e os do conjunto total de 644 municípios brasileiros selecionados.



Fonte: Os autores (2021).

4 CONCLUSÕES

A avaliação demonstrou que existe uma correspondência entre a maior diversidade de parceiros envolvidos em projetos de sustentabilidade urbana, promovidos por empresas, e maiores avanços no IDHM no período considerado. Para o grupo de municípios que obtiveram maiores variações positivas no IDHM, a quantidade média de parceiros envolvidos em projetos é mais que o dobro (5,3 contra 2,5) do que aquela encontrada no conjunto total de municípios. Essa informação sugere que mais parceiros de diferentes tipos, participando em conjunto, contribuem, de forma mais efetiva para o aprimoramento da agenda de sustentabilidade urbana. Se considerarmos os municípios com maior Δ, a diversidade significa envolver atores da iniciativa privada, executivos municipal e estadual – que conseguem dar escala a projetos - além de OSCs que possuem atuação em diferentes territórios – o que traz um olhar mais rico para o projeto. Isto talvez ocorra pelo fato de que a quantidade e, principalmente, a diversidade nas parcerias permitirem arranjos de governança compartilhada que trazem conhecimentos e informação também diversificados, auxiliando na solução de problemas complexos e dinâmicos.

REFERÊNCIAS

BITTAR-GODINHO, J. S. Responsabilidade Social Corporativa e fundações empresariais no Brasil: estratégias de legitimação política das empresas. 2019, 155 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em

https://doi.org/10.11606/T.12.2019.tde-28062019-161659. Acesso em: 03 abr. 2021.

CAVACO, C. et al (Org.). Cidades Sustentáveis 2020. Lisboa, 2015. Disponível em: <https://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/2015_cidades_sustentaveis_2020.pdf>. Acesso em 05 set. 2021.

COMUNITAS. BISC - Benchmarking do Investimento Social Corporativo: Destaques de 2017: uma retrospectiva da atuação social corporativa nos últimos dez anos. São Paulo: Comunitas, 2017. Disponível em: <http://www.comunitas.org/portal/bisc-publicacoes/>. Acesso em: 26 out. 2018.

COMUNITAS. BISC Relatório 2020: E como se comportaram as empresas durante a pandemia de COVID-19. São Paulo: Comunitas, 2020. Disponível em: <https://www.comunitas.org/bisc/>. Acesso em 05 set. 2021.

DEGENSZAJN A.; ROLNIK, I. (org.). Censo GIFE 2014. São Paulo: GIFE, 2015. 160 p.

DIZDAROGLU, D. Developing micro-level urban ecosystem indicators for sustainability assessment. Environmental Impact Assessment Review 54 (2015) 119 – 124. Disponível em http://dx.doi.org/10.1016/j.eiar.2015.06.004. Acesso em: 12 mar. 2021.

FELEKI, E., Vlachokostas, C., MOUSSIOPOULOS, N. Characterisation of sustainability in urban areas: An analysis of assessment tools with emphasis on European cities. Sustainable Cities and Society, 43 (2018) 563–577, 2018. Disponível em https://doi.org/10.1016/j.scs.2018.08.025. Acesso em: 25 fev. 2021.

FU, Y.; ZHANG, X. Trajectory of urban sustainability concepts: A 35-year bibliometric analysis. Cities, 60 (2017) 113–123. Disponível em http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2016.08.003. Acesso em 27 jun. 2021.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). Mosaico: Portal de Dados do Investimento Social. São Paulo, 2020. Disponível em https://mosaico.gife.org.br/. Acesso em 16 mai. 2020.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HAWKINS, C.V; WANG, X. Sustainable development governance: citizen participation and support networks in local sustainability initiatives. Public Works Management & Policy, v. 17(1), p. 7 –29, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estimativa populacional 2014. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014. Acesso em: 25 out. 2020.

KON, A. Responsabilidade social das empresas como instrumento para o desenvolvimento: a função da política pública. In: Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, n. 41, jul/dez, 2013 (p. 45-88).

LINGUITTE, M. A., MARINS, K. R. C. C. Avaliação de sustentabilidade urbana: proposta para um conjunto mínimo de indicadores. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 17., 2018, Foz do Iguaçú. Anais... Porto Alegre: ANTAC, 2018.

LOZANO, R. Are Companies Planning their Organizational Changes for Corporate Sustainability? An Analysis of Three Case Studies on Resistance to Change and their Strategies to Overcome it. Corporate Social Responsibility and Environmental Management v. 20, p. 275-205, 2013.

MAPAR, M. et al. A composite index for sustainability assessment of health, safety and environmental performance in municipalities of megacities. Sustainable Cities and Society, 60 (2020) 102164. https://doi.org/10.1016/j.scs.2020.102164. Acesso em 20 mar. 2021.

MBLIMA, F. Extractive industries and local sustainable development in Zambia: The case of corporate social responsibility of selected metal mines. Resources Policy. No prelo. Disponível em https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2019.101441. Acesso em 21 mar. 2021.

NOGUEIRA, F. A.; SCHOMMER, P. C. Quinze Anos de Investimento Social Privado no Brasil: Conceito e Práticas em Construção. In: Anais do XXXIII Encontro da ANPAD. São Paulo/SP, 19 a 23 de setembro de 2009. Disponível em: www.doar.org.br/biblioteca/artigos/isp_fernando_nogueira.pdf. Acesso: 23/11/2020.

PAGOTTO, L., PINTO, D.G., ARTUSO, L. Construindo a participação em agendas para cidades sustentáveis: análise de quatro experiências no Brasil. São Paulo, GVces. 2017. Disponível em: <http://gvces.com.br/construindo-a-participacao-em-agendas-para-cidades-sustentaveis?locale=pt-br>. Acesso em 03 jul. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). O que é Desenvolvimento Humano. Disponível em https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html. Acesso em: 20 mar. 2021.

SANTOS, P.S. Investimento Social Privado e políticas educacionais: um olhar sobre as organizações brasileiras. 2018. 148f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

TERRAZA H., BLANCO, D. R., VERA, F. De ciudades emergentes a ciudades sostenibles: comprendiendo y proyectando las metrópolis del siglo XXI. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 2016.

VERMA, P.; RAGHUBANSHI, A.S. Urban sustainability indicators: Challenges and opportunities. Ecological Indicators 93 (2018), 282 – 291. Disponível em https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2018.05.007. Acesso em 21 mai. 2021.